



## **Afrocentricidade na Educação: Reflexões Sobre o Currículo da Escola Pública<sup>1</sup>**

Rosemeire de Oliveira SATURNO <sup>2</sup>

Crislaine Batista do SACRAMENTO<sup>3</sup>

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Assunção, PY

### **Resumo**

Com o advento da pandemia do novo Coronavírus e a obrigatoriedade do distanciamento social, a educação reinventou-se. O método remoto de ensino tornou-se imperioso diante da suspensão das aulas presenciais. Contudo, a maioria dos estudantes da escola pública não conseguem participar efetivamente das atividades. As diversidades e as desigualdades que permeiam o espaço escolar evidenciaram-se e ampliaram-se nesse momento. Assim, fez-se mister repensar o currículo com vistas na abertura da escola para a diversidades sociocultural, política, econômica e sobretudo individual, visando atender esses estudantes, que são majoritariamente negros, que dispõem de menos oportunidades para aprender e são oriundos de uma cultura negada, sequelas do período de escravidão no país. O currículo precisa possibilitar a esses estudantes enxergarem-se como descendente de um povo que luta pelo seu espaço e pelos seus direitos enquanto cidadão. Nesse sentido, é essencial repensar a escola, a cultura escolar, a cultura da escola e o seu papel no presente e no futuro, resgatando os processos de construção das identidades, favorecendo, portanto, o empoderamento individual e coletivo. O objetivo deste artigo é refletir sobre a necessidade de reelaboração do currículo pautado no paradigma da afrocentricidade, visando construir identidades pessoais, sociais e culturais dos africanos e afro-brasileiros e transpor os limites de uma educação discriminatória, excludente e eurocentrada. Para coletar os dados dessa pesquisa foi utilizada a revisão literária pautada na pesquisa bibliográfica feita a partir do levantamento das referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e sites.

**Palavras-chave:** Afrocentricidade; Educação; Currículo.

### **Introdução**

O momento atual de pandemia vivenciado por todos evidenciou ainda mais as desigualdades do Brasil e isso pode ser visto e sentido no trabalho docente.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT 07 – ÁFRICA: Um continente em constantes transformações e seus reflexos na sociedade do III Seminário Nacional de Sociologia, realizado de forma remota de 08 a 16 de outubro de 2020.

<sup>2</sup> Mestre em Educação – Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS). Especialista em Educação de Jovens e Adultos – Faculdade Visconde de Cairu (FAVIC). Especialista em Gestão, Coordenação e Orientação Educacional – Faculdade Visconde de Cairu (FAVIC). Pedagoga – Universidade do Estado da Bahia (UNEB). e-mail: rosysaturno32@hotmail.com

<sup>3</sup> Mestre em Educação – Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS). Especialista em Educação Profissional Científica e Tecnológica - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). Especialista em Neuroaprendizagem – Unyleya Educacional. Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica – Unyleya Educacional. Especialista em Neuropsicopedagogia - Instituto Pedagógico de Minas Gerais (Ipemig). Pedagoga - Universidade Salvador (UNIFACS), e-mail: crislaine.bs100@gmail.com



Professores têm vivenciado mais fortemente essas desigualdades onde foi possível observar que a maioria dos estudantes que tem precário acesso à internet eram negros e de família de baixa renda, o que leva ao questionamento: como a reelaboração do currículo com vistas a afrocentricidade pode colaborar com a redução do abismo de desigualdade existente tentando assim minimizar as sequelas deixadas pela escravidão?

Pesquisas vêm mostrando que os estudantes da escola pública são os que menos conseguem acompanhar efetivamente o ensino remoto e isso permite refletir que mais do que nunca é preciso repensar o currículo com vistas a atender os estudantes de escolas públicas que são em sua maioria negros.

É fundamental que o currículo seja repensado na perspectiva de atender esses estudantes que já vêm de uma realidade de dificuldade e segregação, que dispõem de menos oportunidades para aprender, revelando ainda sequelas do período de escravidão no país.

A ressignificação do currículo com vistas a afrocentricidade é mais do que a inclusão de disciplinas para falar da história da África dizendo atender os critérios da Lei nº10.639/03, a ressignificação deve permitir a reflexão e a compressão do porquê que a maioria da população penitenciária é negra, por que a maioria das mulheres vítimas feminicídio é negra, refletindo também sobre o racismo sofrido por negros e negras, a importância da representatividade.

É fundamental que os estudantes e toda a comunidade escolar reflita acerca das sequelas do período de escravidão no Brasil, podendo perceber que a luta pela liberdade ainda não terminou, pois ainda existe um estigma sobre toda a cultura afro brasileira, sobre a valorização da beleza dos negros, dos seus cabelos, dos traços físicos, seus adornos, religiões dentre outros aspectos.

A revisão do currículo pautado na afrocentricidade permite que o jovem negro se enxergue como um cidadão capaz de agir na sociedade e construir o seu próprio destino, empoderando os estudantes para que eles não aceitem ser discriminados pela sua cor, ou ser confundido com bandidos. Essa ressignificação não é apenas uma questão que reflete no ambiente escolar, mas em toda a sociedade.

O currículo precisa trazer para esses estudantes a possibilidade deles se enxergarem como mais do que descendente de escravizados, mas como descendente de um povo que a duras lutas vem requerendo seu espaço enquanto cidadão. É



essencial trazer para a escola a afrocentricidade, onde os costumes, história, cultura, valores e crenças de origem africana seja valorizada e respeitada, onde os estudantes negros sintam-se representados e valorizados por serem quem são.

Ressignificar o currículo é um compromisso de todos os envolvidos no processo educacional para que os estudantes se tornem mais ativos, críticos e reflexivos nas suas aprendizagens, sendo que estas poderão assim fazer mais sentido para eles.

Por muito tempo o continente africano foi silenciado e estigmatizado, sendo descrito na maioria das vezes como um local de miséria, fome, epidemias e outras mazelas, mas precisa ser visto como sociedade intelectualmente ativa, capaz e que possui sua história, legado e cultura que se faz muito presente na cultura e costumes brasileiros.

Pensar e agir de modo afrocêntrico é principalmente primar pela equidade de oportunidades de acesso ao sistema escolar, é estimular a participação efetiva dos estudantes buscando diminuir os fatores que levam a exclusão.

Na primeira parte do texto será analisado o caráter excludente da educação escolar no Brasil, fundada na ciência moderna ocidental derivada da colonialidade do poder. A partir daí tem-se a afrocentricidade como perspectiva potente de superação desta condição. Em seguida, será apresentada a afrocentricidade e algumas de suas possíveis contribuições para o fortalecimento de uma educação emancipadora. Por fim, reforçar-se-á a necessidade da reelaboração dos currículos da escola pública com base na discussão precedente.

É neste sentido que as reflexões feitas no presente trabalho se localizam, como um movimento inicial e necessário para repensar a educação desde a perspectiva afrocêntrica.

Trata-se de uma pesquisa teórica, no sentido de tentar “compreender ou proporcionar um espaço para discussão de um tema ou uma questão intrigante da realidade” (VILAÇA, 2010, p. 64). Para Demo (1985, p. 23) a pesquisa teórica “monta e desvenda quadros teóricos de referência [...] que são contextos essenciais para o pesquisador movimentar-se” em constante diálogo com a realidade circundante.



## **Educação e Afrocentricidade**

Durante muito tempo, a educação fora negada a uma grande parcela da população. A escolarização era prerrogativa da classe elitizada, de maior poder aquisitivo e hegemonicamente branca.

O contexto socioeducativo e a cultura eurocêntrica ao privar negros e índios do direito a educação promoveu um grande processo de exclusão, evidenciando e legitimando dessa forma as desigualdades sociais, econômicas e culturais que teve como consequência a desigualdade nas oportunidades educacionais entre a elite branca e os marginalizados.

Nessa perspectiva, a marca histórica do Ocidente consiste em demonizar e/ou inferiorizar o desconhecido, o diferente para manter a superioridade da sua cultura, conforme afirma Quijano (1992 apud SANT'ANA; SUANNO; CASTRO, 2019, p. 430),

Excluir e inferiorizar negros, mulheres, crianças, indígenas, homossexuais, não católicos e não cristãos em geral, pobres e deficientes físicos e mentais não é característica pontual e supérflua da escolarização ocidental. Considerar a 'diferença' como 'inferioridade' não é um capítulo superado na história do Ocidente, nem uma problemática 'atual', mas sim uma das principais marcas de um enredo histórico reatualizado e ressignificado constantemente.

Percebe-se, portanto, que o processo de exclusão no Brasil se renova, assumindo novas formas, novos significados, reinventando-se em práticas e mecanismos que se revestem de inclusão que não passam de processo de inserção, que inferioriza e exclui, mostrando-se ineficazes quando trata-se de superação da segregação de direitos educacionais, da negação de valores e de direitos e da marginalização que causam rupturas nas relações e identidades culturais.

Nessa direção, a educação torna-se uma ferramenta de disseminação e reprodução da desigualdade pautada no eurocentrismo ao validar como superior uma cor de pele cultural (SODRÉ, 2012), invisibilizando as culturas outras e suas contribuições, ao tempo que fortalece posturas excludentes, preconceituosas atribuídas ao povo afro-brasileiro.

Não se pode perder de vista que o acesso à escola e a influência dos negros e dos indígenas no que diz respeito à concepção de educação e aos conteúdos



curriculares, assim como as dimensões do sistema educacional foram negligenciados, devido ao processo histórico de exclusão que ocorreu no Brasil.

A homogeneidade cultural que permeia os processos educativos eurocêntricos e ocidentais, tem sido um desafio a ser superado na atualidade, pois a realidade com suas diversidades tem confrontado essa ideia de supremacia de apenas uma cultura, haja vista a universalização do ensino ter oportunizado o acesso de um público cada vez mais diversificado em âmbito escolar.

A hegemonia educacional é uma quimera de um sistema que por muito tempo sonou a história e contribuição de outras culturas. Se tratando da hegemonia educacional eurocêntrica isso só será possível enquanto a contribuição dos africanos e outros não brancos for negada pelos brancos dominadores.

Destaca-se aqui que pesquisadores como Lima, Reis e Silva (2018) enfatizam que a hegemonia eurocêntrica presente nos estudos educacionais, tornam outras perspectivas teóricas invisibilizadas, o que causa prejuízos significativos na sociedade, contribuindo para práticas e atitudes discriminatórias, excludentes e preconceituosas.

Mediante o rompimento com a ideologia dominante e seus limites predeterminados, a educação pode-se promover uma revolução humana como política de inclusão social, que contemple as particularidades dos sujeitos, considere outras presenças, sem aceções e inferiorizações e respeite a diversidade. Almeja-se que a educação possibilite discussões, fomenta questionamento e agencie a desconstrução da suposta inferioridade negra e da superioridade branca impregnadas na sociedade pela ideologia racista.

Ultrapassar os limites impostos pela elite branca, aqui abordado, pressupõe transpor as barreiras ideológicas no intuito de transmitir, ampliar e visibilizar os valores, os saberes, as histórias e as identidades dos afrodescendentes, considerando-os como fundantes da articulação entre as condições materiais e as dinâmicas sociais, culturais, identitárias e políticas.

É preciso destacar que no tocante a educação escolar, os povos africanos sempre estiveram em condições de desigualdade quando comparados os povos dominantes. Para o branco dominador, sua história, cultura, saberes e valores é a verdade global, impondo-a aos demais como absoluta, irrefutável, ao tempo que



coisifica todos não-branco e os concebe como objeto, portanto pertencente ao grupo dos não humano.

Contudo, diante da diversidade sociocultural que adentram os muros da escola e das novas demandas sociais, torna-se imperativo que a educação reflita acerca do seu papel e da sua contribuição no presente e no futuro daqueles que a ela são submetidos. O elevado número de alunos matriculados em instituições públicas e privadas, consequência da universalização do ensino fundamental tem aumentado consideravelmente as diferenças culturais, religiosas, étnico-raciais, econômicas, físicas, estéticas, cognitivas, etc., em âmbito escolar.

Entretanto, a penetrabilidade dessas diferenças culturais nas instituições escolares não tem promovido a abertura das mesmas para as diversidades culturais individuais e epistemológicas. Essa abertura aos diferentes, configura-se um dos maiores desafios da educação escolar brasileira na atualidade, pois é sabido que a escola é historicamente e fundamentalmente discriminatória e excludente.

Neste contexto, aponta-se o paradigma da afrocentricidade, como gnosiologia para construir identidades pessoais, sociais e culturais dos africanos e afro-brasileiros e transpor os limites de uma educação discriminatória, excludente e eurocentrada. Corroborando com essa ideia, Madhubuti (1990) destaca que uma pedagogia afrocentrada pode produzir uma educação capaz de superar essas condições e contribuir para que o orgulho, a equidade, o poder, a riqueza e a continuidade cultural para os africanos na América e noutros países sejam alcançadas.

O conceito de afrocentricidade é concebida nos anos 80 por Molefi Asante, como “um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos” (ASANTE, 2009, p. 93).

O paradigma da afrocentricidade surge no propósito de constituir o lugar dos africanos na história, tomando como base suas próprias referências históricas e culturais, visando fortalecer sua autoidentidade, para que os mesmos passem a enxergar-se como sujeito e não objeto, como ser ativo e não passivo como a história eurocêntrica. Faz-se mister destacar que não se pretende com isso, desconsiderar a cultura europeia, nem instituir o “afrocentrismo”, uma versão negra do eurocentrismo (ASANTE, 1988).





Assim, colocar os africanos (*concebidos aqui como africanos da África e da Diáspora africana, em conformidade com os textos sobre afrocentricidade*) como sujeitos e agentes de fenômenos atuantes sobre a própria imagem cultural e de acordo com seus interesses humanos concorre para o descortinar de uma leitura “dos papéis de todas as atrizes e atores na produção dos diversos saberes” (NOGUERA, 2010, p. 4) e para uma educação antirracista – afrocentrada que não desmerece nem inferioriza as outras civilizações. A esse respeito, Noguera (2010, p. 3) esclarece:

Os termos centro e afrocentrado, as expressões estar centrada ou ser uma pessoa afrocentrada dizem respeito às perspectivas de localização dentro de suas próprias referências históricas e culturais, sem nenhum desmerecimento às outras. Mas, evitando a marginalização ou invisibilização de sua própria trajetória histórica e cultural e, por conseguinte, todas as consequências negativas de não se reconhecer no projeto civilizatório e de produção de saberes ao longo da história da humanidade.

Entende-se como centro a localização dos sujeitos/alunos em relação às suas referenciais culturais. O centro é a posição política, epistemológica e mental desses sujeitos, seja ele de qualquer cultura. Em educação, centricidade diz respeito à concepção que visa localizar os estudantes em suas próprias referências culturais, para que estes possam relacionar-se com as demais cultural, seja social ou psicologicamente.

Convém destacar que a centricidade assim concebida, pode ser aplicada em qualquer cultura, pois o paradigma centrista tem sido sustentado pela pesquisa como método mais produtivo de ensinar o estudante em qualquer cultura e colocar seu (sua) grupo no centro do contexto da construção do conhecimento (ASANTE, 1990).

Nessa direção, Asante (2009) apresenta a afrocentricidade como um tipo de pensamento, prática e perspectiva que concebe os africanos e afrodescendentes como sujeitos ativos atuando sobre suas próprias referências culturais em concordância com seus próprios interesses humanos.

A afrocentricidade é abordada por Santos Júnior (2010) como proposta epistêmica e método que busca analisar quaisquer fenômenos através do conceito de localização que promoverá a agência dos povos africanos em prol da liberdade humana. Lima, Reis e Silva (2018) trazem a abordagem afrocentrada como reconhecimento das pessoas negras enquanto sujeitos epistêmicos e destaca que a afrocentricidade não deve ser considerada como unívoco da elevação de determinados costumes africanos.



Assim, afrocentrado, refere-se à localização dos africanos e afrodescendentes no centro da construção do conhecimento a partir da sua própria matriz histórica e cultural. É imprescindível salientar que o propósito do paradigma da afrocentricidade é desenraizar a ideia de igualdade humana entre os povos, culturas e hierarquia, com vistas no estabelecimento do pluralismo cultural livre de hierarquia e pautado no respeito e igualdade cultural.

Os modelos afrocentrados de educação tornam-se importantes para confrontar a ideologia da alienação, da opressão e da dominação cultural europeia imposta socialmente por mais de 500 anos, ao tempo de possibilita a presentificação dos valores africanos e afro-brasileiros de forma consciente, dialética e dialógica. Nesse viés, a educação deve possibilitar a formação integral do sujeito por meio do reconhecimento e da garantia da produção de conhecimentos e das práticas educativas e pedagógicas fundamentadas nos princípios da solidariedade e da coletividade em oposição a todas as formas de opressão da liberdade humana.

Nesse contexto, é primordial destacar que a promulgação da lei 10.639/03 foi impulsionada por diversos movimentos de resistência e opressão, que se opuseram a todos os tipos de preconceito, discriminação e racismo e lutaram para extirpá-los, dentre eles, enfatiza-se a contribuição do Movimento Negro.

Regulamentada pelo Conselho Nacional de Educação, por meio de seu Conselho Pleno, que elaborou o Parecer nº CNE/CP 003/04 de 10/03/2004, o qual estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro brasileira e Africana, a Lei 10.639/03 estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, nos currículos da Educação Básica e do Ensino Superior, apresentando como princípios:

[...] análises das relações sociais e raciais no Brasil; de conceitos e de suas bases teóricas tais como racismo, discriminações, intolerância, preconceito, estereótipo, raça, etnia, cultura, classe social, diversidade, diferença, multiculturalismo; de práticas pedagógicas, de materiais e de textos didáticos, na perspectiva da reeducação das relações étnico raciais e do ensino e aprendizagem da História e Cultura dos Afro brasileiros e dos Africanos (BRASIL, 2004, p.23).

Alicerçada pelos princípios acima explicitados, almeja-se a construção de uma educação que permita produzir práticas e saberes emancipatórios que reconheçam “o interesse pela localização psicológica, cultural, histórica ou individual das pessoas; o





compromisso com a descoberta do lugar africano como sujeito; a defesa dos elementos culturais africanos; o compromisso com uma nova narrativa da história da África” (ASANTE, 2009), especialmente nas suas relações com a realidade social, histórica e econômica africana e afro brasileira.

### **Do Currículo Eurocentrado ao Currículo Afrocentrado**

Articular o diálogo entre educação e afrocentricidade remete a refletir sobre o currículo, sua importância e pertinência enquanto campo do conhecimento, trazendo a luz discussões que implicam em repensar as formas de organização curricular existentes. Não é ignorado que o currículo pode tanto articular mudanças, quanto servir de instrumento repressor capaz de eternizar determinado modelo de educação e prática pedagógica, o que lhe confere, portanto, o status de instrumento imparcial.

O currículo que se tem atualmente encontra-se alicerçado nas ideias e concepções de determinados grupos, em diversos contextos históricos, de diferentes tempos, fundamentado na multiplicidade de conjecturas de caráter filosófico, epistemológico, sociológico, ideológico e cultural. Como veículo da ideologia e do contexto social da época, o currículo está relacionado ao poder, pois nele não há neutralidade. Silva (2011, p.15) acrescenta: “[...] O currículo é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente, o currículo”.

Assim, elencar quais conhecimentos devem ser selecionados, bem como justificar por que esses conhecimentos e não aqueles devem ser selecionados é decidido pelas teorias do currículo. Nessa perspectiva, o currículo está intrinsecamente ligado ao que somos e nos tornamos. Fruto de identidade e subjetividade visto que cada indivíduo é formado de maneira diferente, devido aos valores, a sociedade, etc.

Ao discutir currículo, não se pode perder de vista o início da colonização, a hegemonia política e social dos grupos da época e seus interesses. O estruturalismo que concebia o currículo como relação de poder não pode cair no esquecimento, pois havia uma operação de poder no processo seletivo no sentido de selecionar aquilo e não isto.



Em torno dessas reflexões acerca das teorias do currículo, torna-se imperioso adentrar sucintamente nas questões acerca das características do currículo eurocentrado e do currículo afrocentrado. Entende-se por currículo eurocentrado, aquele que tem suas bases no eurocentrismo, teoria que é construído sob o mito de que existe apenas um conhecimento válido e legítimo a partir da localização, do olhar, da perspectiva do sujeito europeu, civilizado, desenvolvido, neutro, objetivo e universal.

Para esse pensamento, todas as experiências e conhecimentos produzidos em outras culturas e por outros sujeitos são marginalizados, silenciados e desconsiderados, portanto, impedidos de adentrar oficialmente nas escolas e, inclusive, devem ser fortemente negados, repelidos, demonizado e desconsiderados repelidos.

Outra característica do currículo eurocentrado que merece destaque é que o conhecimento tem uma íntima ligação com a colonialidade de poder, do ser e do saber que nega o histórico de genocídios e epistemicídios cometidos sob sua lógica, mas afirma-se enquanto neutro, objetivo e universal.

A valorização da Europa e consequentemente da cultura branca, possibilitou a construção de estereótipos acerca da imagem do negro e da negra, resultando na disseminação do racismo e de atitudes de discriminação racial em relação aos africanos, afro brasileiros e seus descendentes. E, por conseguinte, a “[...] escola, ao refletir a sociedade maior, também vivencia e reproduz estas mesmas relações sociais.” (TENÓRIO; GASPARIN, 2009, p.4).

Diferentemente do eurocentrismo, o princípio da afrocentricidade desaprova a valorização etnocêntrica em detrimento da degradação das perspectivas e referenciais culturais de outros povos, conforme destaca Mazama (2009, p.114) ao afirmar que

[...] a afrocentricidade surgiu como um novo paradigma para desafiar o eurocêntrico, responsável por desafiar os africanos, destituí-los de soberania e torná-los invisíveis – até mesmo aos próprios olhos, em muitos casos.”

O currículo afrocentrado pode contribuir para o resgate da história, da cultura e dos referenciais identitários da africana e dos afro-brasileiros em prol de uma educação multicultural capaz de romper com o currículo monoétnico e de primar pela diversidade étnica e racial. Santos (2010) destaca que a elaboração do currículo



afrocentrado é possível a partir da articulação de três fatores importantes que são: o atendimento à comunidade, a integração dos seres humanos e o equilíbrio entre a vida e o meio ambiente.

O currículo afrocentrado deve contemplar temas relacionados ao universo africano nas disciplinas constituídas, sem privilegiá-los, como tem ocorrido tradicionalmente na perspectiva eurocêntrica. Santos e Souza (2018) legitimam a necessidade cogente da reformulação curricular com vistas na ampliação no plano prático, conceitual e epistemológico da construção de um currículo sob a perspectiva racial, levando em consideração as epistemologias africanas que descolonizam os currículos nas áreas de conhecimento.

### **A Reelaboração do Currículo pautado no paradigma da Afrocentricidade**

Há algum tempo, a sociedade tem chamado a educação a refletir sobre o currículo e suas contribuições efetivas para o presente e o futuro daqueles que são submetidos a ele. Entretanto, refletir sobre a diversidade cultural existente na sociedade e que cada vez mais adentram o ambiente escolar, configura-se um desafio, haja vista, a educação ter sido por muito tempo pensada e destinada apenas para a classe elitizada, detentora de poder e, portanto, dominante.

A contemporaneidade desafia a pensar nas incertezas e particularidades que entrelaçam a educação, precipuamente a reelaboração do currículo. Em vistas disso, os municípios baianos entendendo essa nova demanda social que urge, realiza uma ação formativa para construir e homologar seu referencial curricular com base no Documento Curricular Referencial da Bahia aderem ao Programa de (RE) Elaboração dos Referenciais Curriculares nos Municípios Baianos, um movimento que busca elaborar e/ou reelaborar seus currículos levando em conta os contextos locais e territoriais.

Esse movimento conta com as parcerias da Universidade Federal da Bahia, da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, da Fundação Itaú Social e a UNDIME/BA e com a participação de todos os envolvidos com a educação de Rede Municipal de Ensino. A ideia do programa é que os municípios formulem seus



currículos tendo como ponto de partida a sua história, seus contextos, suas culturas e seus territórios, corroborando, portanto, com a ideia de afrocentricidade.

Faz-se mister a reformulação do currículo escolar, pautando-o a temáticas que contemplem os universos culturais e insira o sujeito na realidade de uma educação fundamentada no multiculturalismo.

Nesse caminho, os municípios baianos buscam promover práticas de interação dos contextos sociais dos sujeitos, suas potencialidades e singularidades, primando pela valorização da história e cultura da sua gente, das suas histórias, suas tradições e costumes, objetivando possibilitar uma reflexão em âmbito escolar acerca da dinâmica histórica e cultural que contribuíram para a formação da história individual e coletiva dos alunos.

Tal postura, remete a ideia de afrocentricidade, pois sabendo que a maioria da nossa população é negra, espera-se que essa reelaboração do currículo contemplem as questões africanas a ponto de reverberar no ambiente escolar, as diferenças e particularidades civilizatórias do continente africano. É preciso dar vez e voz as identidades étnicas, raciais e de gênero nos currículos atuais. A representatividade, o poder se enxergar como sujeito ativo e construtor da sua história é fundamental, uma vez que:

[...] vendo-se como sujeitos, em vez de objetos da educação - seja na biologia, na medicina, na literatura ou nos estudos sociais – os estudantes [...] passam a ver-se não apenas como quem busca o conhecimento, mas participantes desse processo. Na medida em que todas as áreas são adaptáveis a uma abordagem afrocêntrica, os estudantes [...] podem se ver como sujeitos centrados em relação à realidade de qualquer disciplina (SILVA, 2016, apud ASANTE, 1991, p.171).

Nesta perspectiva, reelaboração do currículo deve promover a localização psicológica e cultural da clientela atendida, assim como os conteúdos escolares deve resgatar a importância desses sujeitos na construção do conhecimento, fortalecendo assim suas identidades pessoais.

É condição *sine-qua-non* a incorporação do estudo da História da África, dos africanos e da cultura afro-brasileira no currículo da Educação Básica, conforme previsto na Lei nº10639/2003. (GASPARIN 2009). Para tanto, a escola precisa contribuir para formação baseada no respeito e no reconhecimento da diversidade.

A obrigatoriedade do estudo da história e da cultura afro-brasileira no currículo escolar, por meio da Lei nº10639/2003, viabiliza a abordagem de temáticas que foram



silenciadas por mais de 500 anos na sociedade brasileira, pela quimera da democracia racial. Uma utopia que negligencia a formação do povo brasileiro e a importante contribuição de etnias para a cultura brasileira. A Lei nº10639/2003 desbrava caminho para a construção de um currículo afrocentrado.

Na perspectiva de Asante (2009) o projeto afrocêntrico deve englobar alguns aspectos importantes, dentre os quais, destaca-se: a interesse pela localização e o compromisso com a reflexão acerca da nova narrativa da história da África. Enfatiza-se, portanto que africanos e afrodescendentes só serão libertos da supremacia branca quando refletirem sobre o processo de aculturação branca que por muitos anos fora ocultada pela educação.

Um currículo com base no conceito de afrocentricidade traz como proposta de a valorização da diversidade racial e a desconstrução das desigualdades sociais. E a escola enquanto espaço democrático deve combater a segregação e a intolerância ao que concerne à diversidade, especificamente racial, objetivando assim, promover a igualdade.

Contudo, é inegável que a escola apresenta dificuldade para lidar com identidades tecidas num contexto de diversidade e opta por trata-las igualitariamente, o que resulta em choque entre os dispositivos da Lei nº10639/2003 e as práticas discriminatórias, excludentes e estereotipadas, aspectos que, como é sabido, encontram-se vinculados ao processo de escolarização tradicional e nas concepções errôneas e distorcidas dos educadores, da cultura escolar, da cultura da escola, dos livros didáticos, etc.

Neste cenário, a inserção da ideia da afrocentricidade no currículos surge como uma forma de conscientizar politicamente os sujeitos que por vários anos têm sido colocados à margem da experiência cultural, visando recentralizá-los, apresentando-lhes o mundo sob a ótica dos africanos e afro brasileiros, valorizando e defendendo seus valores, seus costumes e culturas como artefato de um projeto humano, redirecionando as discussões considerando perspectivismo (como e/ou onde a pessoa se localiza diante da cultura africana) em detrimento ao essencialismo (a pessoa é ou não é africana).

### **Considerações Finais**



É possível perceber que o momento de pandemia vivido por todo o mundo evidenciou ainda mais a desigualdade social a qual os negros são submetidos, pois a maioria dos estudantes que estão sem acesso à internet e sem condições de acompanhar as aulas remotamente são estudantes negros e isso deixa claro que ainda precisa-se discutir sobre questões raciais para que haja equidade e todos os estudantes tenham oportunidade de ser um verdadeiro cidadão na sociedade atual.

O currículo para ser transformado, requer um olhar atento e desprovido de estereótipos para ser compreendido em sua complexa relação de construção, considerando as transformações sofridas por este através dos tempos, suas idiossincrasias, assim como a mudança de paradigmas. Nesta perspectiva, torna-se fundante, pensar o currículo que transponha o formal e o tradicional, que proponha conteúdos que derivam de outros referenciais, considerando toda uma dinâmica das relações estabelecidas, voltando o olhar para o hibridismo sociocultural vivenciado pelos sujeitos no cotidiano.

A identidade da escolar gira em torno do currículo por isso é importante a realização de pesquisas que revelem e analisem o currículo, suas características, implicações e relação com a sociedade, pois compreendendo que o currículo é um produto cultural e que a sociedade é mutável, é possível perceber que o currículo não é neutro nem estático, e sim dinâmico e ativo.

Desta forma o esse trabalho possibilitou a reflexão sobre essa necessidade de reelaboração do currículo para que todos os alunos pudessem ser valorizados e tratados com equidade.

A atualização do currículo proporciona uma maior inclusão de todos os estudantes, onde esses devem e precisam de vistos como sujeitos ativos e capazes de serem protagonistas na construção do seu conhecimento. O currículo deve proporcionar também a construção da identidade cidadã de cada estudante sem deixar de valorizar a identidade e singularidade de cada um.

A visão afrocêntrica requer do professor uma formação não só acadêmica, mas holística na qual ele se liberte dos preconceitos culturalmente enraizados, passando a questionar e rever suas concepções partindo das suas experiências, posturas e ações profissionais e pessoais, consciente da complexidade que é o processo educativo. Essa ressignificação é para além dos conhecimentos teóricos, esta prima romper padrões educativos estáticos e predeterminados, para que haja uma





verdadeira e intrínseca mudança nas atitudes e concepções do docente e assim a teoria seja vista e experimentada na prática.

Superar o modelo eurocêntrico é garantir aos estudantes que a oportunidade de se ver no processo educativo desde a pré escola, é com base na história, na filosofia e sociologia expressar a diversidade étnico-racial para refrear a desigualdade tão presente nos âmbitos escolares.

É preciso que a afrocentricidade norteie o currículo em todas as modalidades e níveis de ensino para que todos sintam-se incluídos e acolhidos no processo educativo, assim o currículo se tornará mais heterogêneo, crítico e híbrido. Pois a afrocentricidade defende o reconhecimento da diversidade, da cultura, levando em consideração a realidade brasileira, suas particularidades e diferenças, considerando todos os “Brasis” dentro do Brasil.

Esse movimento precisa levar a educação a uma real transformação e uma transformação do real, e não apenas um amontoado de teorias desconexas com a realidade. É fundamental deixar claro que essa concepção permitirá que os estudantes se livrem da culpa e do medo de serem que são e como são, e que seus costumes, crenças e valores sejam respeitados e valorizados. Pois é imperativo transpassar o negativismo deixado sobre negro e assim possibilitar a abertura as diversidades culturais e assim construir uma sociedade democrática justa e equitativa, fundamentada pelos valores sociais, morais e éticos.

O afrocentrismo não defende que o oprimido vire opressor, mas busca, através da educação melhorar a realidade da sociedade atual e levar os estudantes a se reconhecerem como sujeitos, pois o pensamento afrocentrado busca a ruptura do fundamentalismo para que se abra o diálogo com a pluralidade e a liberdade individual e coletiva, preocupando-se assim com o humano, pois não se trata de reconhecer somente o negro, mas os indígenas, ciganos, mulheres, homossexuais, transexuais entre outros grupos inferiorizados.

Afrocentrizar é abandonar o autoritarismo, o fascismo e toda forma de controle do pensar dos estudantes e permite-lhes autogerir-se na sua formação, nos seus interesses, crenças e concepções. É garantir o seu lugar de direito como sujeito histórico, social e cultural, que tem autonomia de construir a sua própria história. É valorizar as potencialidades, ao invés de apontar e criticar os limites, é dar voz a todas as histórias e culturas sem estigmatizá-las.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. V. A. **Currículo afrocentrado: implicações para a formação docente.** Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação. N.31: mai. - out./2019, p.71-86. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/resafe.vi30.28257>. Acesso em 14 set.2020.

ASANTE, M. K. **A ideia afrocêntrica em educação.** Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação. N.31: mai.-out./2019, p.136-148. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/resafe.vi30.28261>. Acesso em 14 set.2020.

BRASIL. M. E. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília: MEC, 2004.

MUNANGA, K. **Educação multicultural e desenvolvimento humano no contexto da diversidade brasileira.** Teoria e Prática da Educação, v.7, n.3, p.343-348, 2004.

SANT'ANA, J. V. B.; SUANNO, J. H.; CASTRO, R. M. M. **Afrocentricidade e interculturalidade crítica na educação: reinventar a escola a partir da diferença.** Revista Exitus. 9, 1 (jan. 2019), 426-454. DOI: <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2019v9n1ID729>.

SILVA, M. **Afrocentricidade: um conceito para a discussão do currículo escolar e a questão étnico-racial na escola.** Rev. educ. PUC-Camp. Campinas, 21(2):255-261, maio/ago, 2016. Acesso em 14 set. 2020.

BRASIL. **Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 259/1999.** Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da Rede de Ensino, da temática "História e Cultura AfroBrasileira" e dá outras providências. Disponível em:< <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=15223>>. Acesso em: 21/Ago./2015.

BRASIL. **Ministério da Educação.** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 21/Ago./2015.

BRASIL. **Presidência da República.** Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 20/Ago./2015.

BRASIL. **Presidência da República.** Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº10639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em: 21/Ago./2015.

TORRES, S. A.; JESUS, L. S. B. **A lei nº 10.639/03 e o currículo afrocentrado: desafios e possibilidades da educação para as relações étnico-raciais.** Pensando Áfricas e suas diásporas. Disponível em: [www.periodicos.ufop.br/pp/index.php/pensandoafricas](http://www.periodicos.ufop.br/pp/index.php/pensandoafricas). Acesso em



**III Seminário Nacional de Sociologia - Distopias dos Extremos: Sociologias Necessárias**  
08 a 16 de Outubro de 2020 - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe

12 de set. 2020. NEABI – UFOP - Mariana/MG Vol. 01 N. 01 – jan/jun 2018 Anais do IV  
Seminário Pensando Áfricas e suas diásporas